

GEOGRAFIA E GÊNERO: A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NO CAMPO

Rosa Ester Rossini¹

RESUMO

O conceito de gênero é bastante recente nas ciências sociais e diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino. Constitui um tema ainda pouco explorado na geografia, isto porque a mulher não constitui categoria de análise nesta área. O objeto de geografia é, em primeiro lugar, o espaço. Assim, procura-se trabalhar o tema de forma a demonstrar como a mulher, através de seu trabalho, produz e reproduz o espaço. O fio condutor foi a noção de trabalho. No decorrer da pesquisa de campo, realizada na macro área de Ribeirão Preto, em 1977 e 1986, muita coisa mudou e está em movimento, como: a noção de trabalho começa a ocupar espaço na cabeça das mulheres, deixando mais distante a idéia de ajuda. Constatou-se o aumento do número de mulheres chefe da família, a queda acentuada da fecundidade, o aumento da escolarização, o aumento do sobre-trabalho, etc.

1 - APRESENTAÇÃO

A modernização da agricultura tem trazido alterações substanciais nas relações de trabalho e, como conseqüência, há nova dinâmica no mercado de trabalho.

No conjunto do território, pode-se dizer que há paulatino aumento do tamanho das propriedades e de concentração de terras como conseqüência das políticas econômicas, assim como o crescimento do assalariamento. A pequena produção agrícola vai sendo engolida pela grande e, enquanto isso não ocorre, ela caminha na direção da mercantilização. Ao mesmo tempo, ou prolifera o sobre trabalho, ou parte da família se assalaria temporariamente e a migração de alguns membros da família se torna compulsória. O destino é a venda da propriedade e/ou a compra de outra nas áreas de fronteira agrícola, ou o assalariamento definitivo como alternativa de sobrevivência.

O colono, o pequeno parceiro, o pequeno arrendatário e o posseiro perdem paulatinamente espaço, e o assalariamento torna-se cada vez mais significativo.

Com a implantação do trabalho livre na agricultura paulista em meados do século XIX, o trabalho familiar passa a ser a tônica. A mulher participava das atividades gerais, principalmente da colheita de café juntamente com as crianças, as quais, desde as tenras idades de 5 a

6 anos, já colaboravam com o seu trabalho. O trabalho de auto-subsistência reduzia consideravelmente os custos unitários da mão-de-obra (ANTUNIASSI, 1983).

A preferência pelo trabalho familiar por parte dos cafeicultores levava a um reforço da organização familiar: o chefe da família mobilizava, alocava e coordenava a força de trabalho e isso gerava uma divisão sexual do trabalho e um comportamento reprodutivo característicos (STOLCKE, 1986).

No colonato, a mão-de-obra era contratada em unidades familiares, enquanto os trabalhadores eventuais de hoje vendem sua força de trabalho em base individual. Entretanto, esses homens e mulheres continuam a se reproduzir dentro de famílias.

Enquanto, no colonato, reforçava-se uma organização familiar na qual estava clara a cooperação, no assalariamento há uma reunião do rendimento de todos os membros da família, mas ela deixou de ser uma unidade de trabalho.

No fundo, pode-se dizer que no capitalismo a família representa também uma conjugação de esforços para o proveito de todos os membros (STOLCKE, 1986).

No regime de colonato, o contrato familiar era assinado pelo chefe da família, o qual também recebia o ordenado familiar. Ao homem cabia a autoridade de coordenar as atividades; às crianças, o cuidado dos pequenos

¹Professora Livre Docente do Departamento de Geografia/USP.
Informações Econômicas, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

animais e da colheita; e à mulher, os trabalhos domésticos, a produção dos valores de uso, o cultivo da roça de subsistência e a colaboração na colheita do café. O pagamento era determinado pelo número de "enxadas" - trabalhadores adultos - que deveriam ser no mínimo três. Assim é que o comportamento reprodutivo das famílias se pautava muito nessa linha de preocupação. Quanto maior a prole, maior possibilidade de ganhos futuros e maior número de pessoas envolvidas na força de trabalho familiar, apesar dos cuidados exigidos pelos filhos por parte das mulheres nos primeiros anos de vida (IANNI, 1976; STOLCKE, 1976).

A transformação do colono em mão-de-obra assalariada vai mudar substancialmente a organização específica da família, pois nessa nova estruturação os membros recebem um salário individual. Mulher, família e trabalho doméstico, que inclui educação e cuidado com os filhos, aparecem, então, como elementos essenciais para a reprodução cotidiana e gerencial da força de trabalho (BARROSO, 1982).

Segundo Durhan, a família, nas camadas inferiores da sociedade rural brasileira, se organiza "de modo muito simples, em termos de subordinação da mulher aos homens e dos mais jovens aos mais velhos" (DURHAN, 1973, p.64).

O interesse atual para se compreender melhor a problemática do trabalho feminino passa obrigatoriamente pelas relações trabalho e família. Nesse caso, a unidade de estudo não é mais o indivíduo isolado, mas as peripécias que os indivíduos, a partir de suas relações mais próximas com os membros de sua família, realizam, para garantir a sobrevivência do grupo (BARROSO, 1982).

A unificação do mercado de trabalho urbano-rural e a formação do exército geral de reserva vinculam-se à transformação do residente rural-urbano em assalariado temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria (Tabela 1).

Na família, os ganhos passam a advir tanto do trabalho no campo como do salário

proveniente de atividades urbanas. Praticamente, em todas as cidades, os novos migrantes habitam na periferia. "Cresce" o consumo em todos os sentidos: luz, água, aluguel ou prestação da casa ou do terreno, lenha ou gás, alimentação não mais advinda dos produtos de subsistência, etc. Os ganhos da família têm que ser relativamente bem maiores para garantir a qualidade de vida que, em geral, baixou muito (ROSSINI, 1988, 1990).

O processo de proletarização no campo caminhou lentamente, enquanto o café predominava na paisagem. Avançou mais rapidamente com a ampliação do espaço ocupado com a cana-de-açúcar e, mais recentemente, com o desenvolvimento de culturas, como soja e trigo, ficou mais evidente, permitindo mudanças enormes na composição orgânica do capital e criando definitivamente o proletariado rural (OLIVEIRA, 1977; GRAZIANO DA SILVA, 1981; CANO, 1986).

A concentração de terras, a intensificação da mecanização e do uso de adubos e defensivos agrícolas, a quase eliminação do residente rural, o contrato de mão-de-obra assalariada temporária, etc. passaram a ser o traço dessa nova produção do espaço, baseada na agroindústria.

A unificação do mercado de trabalho rural e urbano leva o volante à alternância de atividades ditas rurais e urbanas. A organização da família, entretanto, pouco se alterou, apenas muda, em parte, a questão da autoridade, pois não é mais o "chefe da família" que determina a atividade a ser desenvolvida pelos componentes da unidade familiar, mas cada um se organiza em função das oportunidades individuais. A subordinação da mulher ao homem, porém, continua. Há certa unidade no que tange à soma das "rendas" para garantia da sobrevivência miserável. Muito cedo os jovens deixam de contribuir em casa, participando de um processo de migração ou contraindo matrimônio (BRANT, 1977; ROSSINI, 1988).

Toda mudança carrega alterações, que serão consideradas positivas ou negativas de acordo com a perspectiva que se vê. Assim, se olharmos a questão da autoridade, que era

representada pelo homem, comparando-se o trabalho da família no colonato, parceria, arrendamento e agora no assalariamento, percebe-se que a mulher não perdeu autoridade, já que não a tinha, o que na realidade aumentou

foram suas responsabilidades. Em geral, continuam reservados a ela os mesmos trabalhos domésticos, pois não há praticamente divisão sexual do trabalho na

TABELA 1 - Taxa de Atividade¹ Masculina e Feminina, Segundo a Condição de Domicílio, Brasil, 1970-1985

Ano	Condição de domicílio	Homem	Mulher
1970	Total	71,9	18,2
	Urbana	65,5	22,3
	Rural	80,1	12,2
1976	Total	73,6	28,8
	Urbana	68,6	28,9
	Rural	82,9	28,4
1980	Total	72,4	26,6
	Urbana	70,0	30,5
	Rural	77,6	17,1
1987	Total	76,6	38,6
	Urbana	74,2	39,8
	Rural	83,0	35,0

¹Porcentagem de trabalhadores e de trabalhadoras sobre os totais de homens e mulheres de dez anos e mais.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico para 1970-1980 e Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD-IBGE), para 1976 e 1987.

família; como operária, ela vai à luta para "complementar" os ganhos familiares. Aumentam as responsabilidades em relação aos filhos, visto que ela tem que deixá-los aos cuidados de alguém (mãe, filhos mais velhos, escola, creche ou trancados em casa). O tamanho da família se reduz, pois a criança deixa de ser um investimento para se transformar em aumento de despesa. Aumenta tanto o número de mães solteiras como de mulheres cabeças da família. A perda da autoridade, acompanhada pela perda do emprego ou da renda que garanta, toda ou em parte, a sobrevivência

da família por parte dos homens, leva à dissolução do casamento, ao alcoolismo, à violência, etc.

Essas contradições acabam sendo resultado das pressões econômicas e da mudança de valores, enfraquecendo bastante os chamados laços familiares. Os filhos muitas vezes consideram a casa familiar como verdadeira pensão, pois contribuem para sua manutenção; acabam exigindo coisas que antes não solicitavam com tanta presteza e saem para constituírem uma nova família ou migram com maior facilidade (MIELE, 1987).

As mulheres passam a se constituir como força de trabalho, e não apenas como mão-de-obra disponível e remanejável no grupo doméstico, através do trabalho assalariado. Acrescente-se, ainda, que a relação entre a reprodução do trabalhador e sua família e as condições de reprodução da força de trabalho fazem com que os padrões de consumo familiar dependam do salário que deveria garantir essa reprodução, o que leva o grupo familiar a se organizar como unidade de consumo (GUIMARÃES, 1990) (Tabela 2).

A literatura mais recente tem enfatizado que, ao contrário do que até há pouco tempo era consenso, o trabalho remunerado está longe de ser o único determinante do nível de vida e do bem estar da população. "A orientação atual é no sentido de mostrar que existe todo um conjunto de atividades, de natureza ainda pouco conhecida, mas que sem dúvida interferem na qualidade, na manutenção e reprodução da força do trabalho" (JELIN, 1978; BARROSO, 1982, p.16).

A primeira e mais importante forma é o ingresso monetário dos membros que trabalham com remuneração. As outras não são monetárias, porém combinadas com o ingresso monetário, e têm a intenção de melhorar o padrão de vida, como por exemplo, serviços públicos e sociais (estado, sindicatos, igrejas, etc.). Ainda com características não monetárias estão a produção doméstica de bens e serviços e o recurso à rede de relações sociais informais com parentes, vizinhos, amigos, estabelecendo ajuda mútua e intercâmbio (SINGER, 1977; BARROSO, 1982).

A partir dessas considerações a respeito das novas relações de trabalho, pode-se ressaltar que a dinâmica do mercado de trabalho vai acompanhar essa nova face da agricultura, especialmente no que tange a mulher.

A literatura técnica disponível indica que o progresso conseguido nos últimos anos a respeito da mecanização agrícola, especialmente na fase da colheita, foi considerável. A viabilidade da colheita mecanizada para o algodão, a soja, o trigo, etc. já é uma realidade. Para a cana começa a ser utilizada com maior intensidade, especialmente no início da atividade, funcionando como freio para reivindicação de melhores diárias.

Recentemente, nos Estados Unidos os robôs entraram de forma intensiva na colheita da laranja e com ganhos enormes de qualidade. Através das células

foto-elétricas os mesmos só colhem as laranjas maduras. Muito provavelmente, em breve, chegarão ao Brasil como freio às reivindicações, a exemplo do que ocorre no caso das máquinas colhedoras de cana, apesar das perspectivas de queda de venda do produto ao mercado americano, ou crise nacional de superprodução. Esse fato vai repercutir violentamente na dinâmica do mercado de trabalho feminino ao se considerar que grande contingente é constituído por mulheres e crianças.

Se, por um lado, trabalha-se a questão de menor engajamento na atividade da colheita, por outro, a engenharia genética e a científica aliadas à modernização da atividade têm promovido mudanças fantásticas também em todo o setor agrícola. Pode-se reverter a situação de atividade temporária do trabalho, propiciando engajamentos permanentes na atividade agrícola para alguns produtos:

- a cana pode ser colhida o ano todo e não mais 6 meses por ano, aproximadamente. Acrescente-se, ainda, que o corte não se prenderá a 3 ou 4 colheitas, mas cada planta poderá suportar até 10 cortes (ROSSINI, 1988);

- a laranja passará a ser colhida o ano todo. Ao mesmo tempo, pela necessidade de polinização, a produção de mel, nas áreas de cultivo de laranja, tem aumentado substancialmente, e o consumo, conseqüentemente, aumentou tanto pela divulgação do hábito por parte dos naturalistas, como também pelo rebaixamento dos preços;

- a manga que era colhida apenas uma vez por ano, agora apresenta 6 colheitas com intervalo de 2 meses uma da outra, na mesma área de cultivo;

- acrescente-se alterações no cultivo e colheita também, de produtos como uva, mamão, melão, melancia, abacate, etc.

Pode-se, desta forma, dizer que, se por um lado, alguns produtos diminuem as oportunidades de engajamento através do uso de meios mecânicos, por outro, a engenharia genética e a científica permitem que produtos, que eram colhidos em um período no ano, passem a ser colhidos praticamente o ano todo. Aumentam as possibilidades de engajamento na atividade, com oportunidades de trabalho durante o ano todo, havendo expectativa de desaparecimento da sazonalidade tanto para as colheitas como, em conseqüência, para os outros tratamentos agrícolas. Intensificará o mecanismo de "turmas fixas" que assegura o trabalhador permanente de que necessita o capital, apesar da aparente relação de emprego intermitente,

pois será sempre um trabalhador disponível quando o patrão dele precisar (GRAZIANO DA SILVA, 1981; TABELA 2 - População Economicamente Ativa¹ e População Ocupada² por Sexo, Brasil 1970-1985

FLEURY & FISCHER, 1985).

Ao lado desse assalariado temporário/per-

Ano	PEA		Pessoa ocupada	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1970 ³	23.391.777	6.165.447		
1976	28.283.678	11.434.238	27.766.613	11.229.621
1980	31.392.986	11.842.726	30.766.159	11.505.367
1987	38.873.968	20.668.990	37.558.691	19.851.284

¹PEA - Pessoa Economicamente Ativa, inclui os "procurando trabalho".

²População ocupada: que efetivamente trabalha no ano de referência.

³Em 1970 não há dados sobre a população ocupada.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico para 1970 e 1980 e Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD-IBGE), para 1976 e 1987.

manente, os efetivos assalariados temporários serão os remanescentes pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros, sem-terra, que vão se assalariar temporariamente em alguns momentos de "pico". Nesse caso a mulher é pouco solicitada.

Acrescente-se também que a migração temporária, basicamente constituída por homens, tem papel importante no sentido de evitar um crescimento maior dos salários nos momentos de "picos" (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

O fracionamento da pequena propriedade implica em diminuição da capacidade de reter a sua força de trabalho. Há tendência à saída dos filhos a partir dos 14 anos. Mas não apenas os filhos saem, os próprios chefes de família também migram e as meninas partem em idades mais precoces para o assalariamento como empregadas domésticas urbanas (TARGINO et alii, 1990; MARTINE & GARCIA, 1987).

Merece referência o fato de que a remessa de parte dos salários dos que partiram para os pais é que vai permitir a manutenção, por mais algum tempo, da pequena propriedade e mesmo da pequena produção, à medida em que completam os custos de manutenção da família, em parte "tocada" por aqueles que permaneceram na terra, em especial as mulheres adultas, as crianças e os velhos.

A concentração fundiária, que elimina parte

considerável das pequenas unidades familiares, provoca também a diminuição do uso da mão-de-obra, em especial da feminina, ao mesmo tempo em que a agricultura de subsistência tende a se tornar, cada vez mais, uma "instituição" em extinção.

Pelo exposto, pode-se concluir também que o engajamento na agricultura não pode ser visto como alternativa para a realocação da mão-de-obra urbana desempregada, especialmente quando a política é a de grandes investimentos e alta tecnologia, o que leva na direção da economia de mão-de-obra.

Ao mesmo tempo em que há tendência de aumento da participação da mulher na força de trabalho, assiste-se também ao aumento de mulheres cabeças da família. Os dados informam que a taxa de participação da família na força de trabalho é mais alta nas famílias chefiadas por mulheres.

À medida em que a mulher está entrando cada vez mais no mercado de trabalho, começa a se ver como trabalhadora e não mais como elemento que "ajuda". Neste momento, ela começa a participar de sindicatos. É o prenúncio da mudança de vento.

Finalmente, deve-se acrescentar que, no conjunto, há tendência de menor engajamento nas atividades ligadas à agricultura, justificada pelo avanço da modernização no campo, no seu sentido mais amplo. Por outro lado, o urbano não está tendo capacidade de dar ocupação a toda mão-de-obra

urbana e mesmo daquela migrante do setor rural. O mercado informal parece ser a saída para a família sobreviver em condições de grande pobreza. As praças, os corredores comerciais, os cruzamentos de maior circulação, etc. têm dado amparo a essa sobrevivência, e proliferam nas cidades verdadeiros "mercados persas".

Enquanto a política do governo não se voltar para diminuir a concentração da riqueza nas mãos de poucos, a tendência será de manutenção desta situação atual, na qual boa parte da população disponível para o trabalho sobrevive de pequenos bicos.

2 - A MULHER NA PALHA DA CANA: FAMÍLIA E TRABALHO

O aumento da participação da mulher na força de trabalho foi constatado a partir de pesquisa de campo realizada em 1977 e 1986, na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo - Ribeirão Preto. Foram feitas pesquisas qualitativas com 43 e 35 famílias respectivamente, levantando uma população de 323 pessoas em 1977 e 162 em 1986, para verificar, entre outros aspectos, como era a sobrevivência dessas famílias, nas quais pelo menos uma mulher, na casa, empregava sua força de trabalho em atividade ligada à agricultura canavieira.

Nesses quase dez anos de pesquisas, as mudanças foram significativas: aumento do número de trabalhadores na família, diminuição de residentes na casa, crescente participação da mulher na força de trabalho, queda da fecundidade, aumento do número relativo de mulheres como cabeça da família, queda no padrão alimentar, etc.

A passagem do trabalho da mulher de residente rural, com assalariamento do responsável, para residente urbana, na qualidade de assalariada pura, vai trazer modificações no caráter do trabalho desempenhado por ela.

Da relação de "ajuda" ao trabalho familiar à introdução na produção altamente capitalizada, que caracteriza a monocultura canavieira, a mulher passa a ser absorvida como mão-de-obra individualizada, assalariada, com conseqüências imediatas em nível da organização familiar.

No trabalho do campo, enquanto residente rural, quer seja na qualidade de trabalho familiar em pequenas propriedades, ou quando o marido era o responsável assalariado, a mulher levava, desde a mais

tenra idade, a criança no trabalho rural.

Na agricultura da cana, essa possibilidade inexistia; não há permissão por parte dos empreiteiros e nem dos fiscais. No caminhão ou ônibus, ao serem transportadas para o trabalho, não há lugar para crianças, com menos de 10-12 anos, que não estejam envolvidas na atividade. Nesse sentido, as mulheres são obrigadas a lançar mão de outras estratégias, via de regra são as mães, sogras e filhas que se encarregam dessa atividade. É freqüente o aparecimento de "creches" particulares, onde uma mulher assume o encargo de várias crianças menores de 2 anos ou até maiores.

Em quase todos os municípios pesquisados, já há creches para crianças a partir de 2 anos de idade. O grande inconveniente é que essas funcionam a partir das 7 horas, horário em que as mães já par-tiram para o trabalho e encerram suas atividades às 17 horas, momento também em que as mães ainda estão no campo. Nesse caso, a alternativa é encontrar alguém para se encarregar de levar e pegar as crianças no horário em que as mães não podem fazê-lo. O mesmo acontece com os parques infantis, nos quais o problema ainda é maior, porque cada criança só pode freqüentá-lo um período do dia, manhã ou tarde.

Em algumas localidades, onde o número de mulheres assalariadas no campo é muito grande e a Prefeitura, sensível a esse problema, as creches e parques estão funcionando em horário que atenda a essa população feminina trabalhadora. Em Serra Azul e Serrana, por exemplo, os caminhões ou ônibus têm como ponto de passagem a creche ou parque infantil, nos quais as mães, pela manhã, deixam as crianças, posto que aqueles recebem os menores no horário de partida dos veículos. No final da tarde, o percurso obrigatório dos veículos é o mesmo para as mães pegarem os filhos.

Em muitos casos, por falta de vaga nas instituições públicas ou por dificuldade no pagamento de particulares, cujo preço é elevado - cerca de 40 dólares por mês - as mães deixam as crianças menores trancadas em casa. Não é incomum mortes acidentais por incêndios praticados pelas crianças.

A média de filhos por família tem baixado consideravelmente e foi confirmada tanto pela pesquisa de campo (em 1977 - 5,5 filhos, e em 1986 - 2,6 filhos, segundo Wong, para o Estado de São Paulo - 2,5 em 1986).

Dentro da unidade familiar, segundo o Censo e a PNAD, a responsabilidade da chefia da

família cabe ao homem, enquanto a mulher é "cônjuge". Quando o marido coabita, mesmo sem salário ou com salário inferior ao da mulher, sempre é o chefe. As mulheres só são consideradas chefes de família quando não existe na casa homem adulto. Há tendência cada vez maior de mulheres assumirem a chefia da casa. Em 1977, 11,6% das famílias tinham a mulher como chefe. Acrescentando-se a esse total os domicílios constituídos por mãe e filhos, embora estas não trabalhassem, o percentual chega a 18,6%. A situação, em 1986, altera-se substancialmente com o aumento da responsabilidade da mulher na chefia da família, 23,7%, e, no segundo caso, atinge o total de 31,6%.

Podemos observar que ocorreu aumento gradativo no número de mulheres chefes de família. Não só se encarregam do cuidado com a casa e os filhos, mas também da manutenção econômica dos componentes da unidade familiar.

O transporte para o trabalho é feito por caminhões fechados, tendo apenas uma abertura para a entrada das pessoas, duas janelas pequenas para a iluminação e ventilação.

Na parte interna há iluminação, embora mortiça e os bancos de madeira são dispostos, em geral, como os de um ônibus de transporte. Nos bancos da frente ficam as mulheres e nos outros os homens. Conforme prescreve a legislação, há escada para subir no veículo e as ferramentas ficam guardadas embaixo do caminhão para evitar acidentes.

Quando o transporte é feito por ônibus, hoje obrigatório por lei, mas nem sempre cumprido, há também uma verdadeira distribuição sexual dos lugares, como acontece nos caminhões. Os trabalhadores sentem-se mais valorizados, embora os veículos sejam sempre de péssima qualidade.

Em ambos os tipos de transporte, enquanto propriedade de empreiteiros ou mesmo empresas urbanas, os veículos são muito mal conservados e inseguros. São freqüentes os acidentes por falta de freios, iluminação e imperícia na direção por parte do motorista.

3 - A DUPLA JORNADA DE TRABALHO: NO LAR E NA PALHA DA CANA

TABELA 3 - Participação Relativa da População Urbana e Rural no Total da População do Estado de São Paulo, 1940-1980

A "expulsão" dos moradores e de suas famílias das propriedades rurais, em função da penetração de formas capitalistas de produção no campo e a conseqüente renda da terra, provocou a transformação desses em assalariados puros e, conforme referido, em residentes nas periferias das cidades (IANNI, 1976). Para garantir a manutenção da família, todos, homens, mulheres e crianças, foram chamados ao trabalho assalariado permanente ou temporário (Tabela 3).

A relação de trabalho, em sua maioria, deixou de ser patrão/empregado para ser transformada em empreiteiro/empregado. Os patrões do campo alegam, em geral, que a obrigação do pagamento dos encargos trabalhistas é do empreiteiro, que é o responsável direto pela contratação dos trabalhadores desde 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Com a implantação da legislação do trabalhador rural, ficam assegurados, a partir do registro de contrato de trabalho na carteira profissional, os seguintes direitos: férias proporcionais, 13º salário proporcional, descanso semanal remunerado, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, pagamento de 90 dias de "repouso" para a gestante, etc.

O Estatuto do Trabalhador Rural estabeleceu que é permitido à trabalhadora faltar seis semanas antes e seis após o parto (84 dias), sem prejuízo da remuneração. Esse dispositivo tem contribuído para o aumento dos contratos informais, isto é, sem vínculo empregatício. Hoje há a conquista, já assegurada em outros países, de 120 dias para a gestante, afastamento por doença, etc. (ROSSINI, 1975, 1978; SIGAUD, 1979; BARROS JÚNIOR, 1972, 1980; GONZALES & BASTOS, 1977).

Desenvolvendo, portanto, o trabalho informal e sem vínculo à propriedade ou grupo em particular, torna-se difícil a organização das mulheres como categoria profissional (PAULILO, 1976).

Em 1977, 74,1% das pessoas, que trabalhavam, declararam possuir carteira de trabalho e em 1986 quase todos possuíam, salvo 4,4% das mulheres. Há, entretanto, uma distância muito grande entre

Setor	Ano				
	1940	1950	1960	1970	1980
Urbano	44,12	52,59	66,28	79,64	88,64
Rural	55,88	47,41	33,72	20,36	11,36

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

possuir carteira e ser registrado. Infelizmente, não conseguimos obter, em nenhum dos casos, essa informação (Tabela 4).

Outros fatores que incentivaram a modernização no campo e intensificaram a utilização da mão-de-obra assalariada temporária na cana foram os incentivos governamentais, especialmente após a criação do proálcool em 1975. Esse "apoio" governamental acelerou, de forma bastante clara, a incorporação de novas terras, aumentando os espaços da cana e diminuindo os espaços da agricultura de subsistência e mesmo de outros produtos básicos para a alimentação e até para a industrialização. Isso não quer dizer que todos os espaços estejam ocupados; na realidade, há enormes áreas não cultivadas e espaços ocupados com a pecuária e resíduas áreas com matas. Hoje, a situação começa a mudar em função da política do Estado.

Nos últimos anos, a região de Ribeirão Preto concentra mais de 35% da produção nacional de açúcar e álcool.

Um bom número de mulheres tem se assalariado durante todo o ano nos trabalhos da cana (corte, plantio, capina, adubação, etc.), na qualidade de assalariadas permanentes/temporárias, pois o contrato tanto com a usina como com o empregador é, em geral, renovado semestralmente. O número de trabalhadoras é bastante variável durante todo o ano, conforme já referido. Nos meses de abril e junho, segundo levantamentos do Instituto de Economia Agrícola, há maior concentração. Esse período corresponde ao início das atividades de

colheita da cana, quando o recrutamento é maior.

Do total de volantes, normalmente empregados em todas as atividades, as mulheres correspondem a cerca de 15% a 20%. Nas atividades ligadas à cana, na entressafra, a percentagem chega, segundo a pesquisa de campo, a ser bem superior - 35% a 40%. Na safra, devido à migração masculina, o desequilíbrio é bastante evidente.

Na safra de cana há aumento do número de mulheres engajadas na atividade de corte; "somem" das cidades as empregadas domésticas, as lavadeiras, as faxineiras; "donas de casa" se assalariam no campo.

Se compararmos o número de trabalhadores fora da safra com o da época do corte da cana, veremos que, apesar de o número de mulheres ser maior na safra, percentualmente sua participação é bem menor, devido ao recrutamento maciço de homens que vêm para a colheita.

Entre pessoas da família engajadas na força de trabalho, 80,5%, em 1977, declararam trabalhar em atividades rurais, e o restante em urbanas. Em 1986, este percentual aumentou para 92,8%, por se tratar de força de trabalho "especializada" na atividade da cana.

Analisando individualmente mulheres e homens na força de trabalho, o resultado a que se chegou foi o seguinte: em 1977, 71% dos homens e 60% das mulheres trabalhavam na cana; em 1986, 76,3% e 88%, respectivamente.

Foi feito também o levantamento de quando e em que atividade essas pessoas entraram na força

TABELA 4 - Portadores de Carteira de Trabalho, Segundo o Sexo, 1977-1986

Ano	Homem		Mulher	
	Sim	Não	Sim	Não
1977	86,8	13,2	61,8	38,2

1986

100,0

0,0

95,6

4,4

Fonte: Pesquisa de campo, 1977-1986.

de trabalho. A cana ocupou mais de 58% dos homens e 38% das mulheres em 1977 e 60% dos homens e 82,2% das mulheres em 1986.

Em 1977, 56,6% dos homens e 61,8% das mulheres já trabalhavam aos 14 anos; esse percentual vai permanecer mais ou menos estável em 1986, sendo 52,6% e 62,3%, respectivamente. Assim, muito cedo, as pessoas de baixa renda começam a trabalhar.

Quando recrutados homens e mulheres, por produtividade, não há discriminação em relação à remuneração, pois o rendimento diário depende da capacidade e habilidade de cada um (em geral, cortam 5 toneladas de cana por dia).

Homens e mulheres, freqüentemente, são roubados na avaliação da quantidade de cana cortada por parte do fiscal, que deveria, ao final do dia, dar-lhes o controle da quantidade de cana cortada. Isso quase nunca acontece. É comum receberem, no final da semana, o salário sem terem acesso à "papeleta" que registra quanto cortaram.

É difícil levantar informações de rendimentos oriundos de trabalho: as pessoas ou não informam, ou aumentam, ou diminuem, ou raramente fornecem o solicitado corretamente. É uma inibição natural do ser humano e muito maior ainda daquele que sente que suas condições são efetivamente precárias. Assim mesmo, foi feito um esforço e se constatou que, apesar de não haver, no discurso, discriminação entre o trabalho das mulheres e dos homens, essas em geral recebem menos, quando contratadas por salário. Quando contratadas só por produtividade, o rendimento da mulher, em geral, é menor e, por isso, recebem menos. Fez-se estudo do rendimento médio anual em salário-mínimo (SM) vigente na época de cada pesquisa e se chegou ao seguinte resultado: em 1977, os homens na força de trabalho recebiam 1,3 SM e as mulheres 0,85 SM; em 1986, a situação melhorou sensivelmente em relação a 1977, mas isto não quer dizer que a situação seja boa: 1,8 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres (o salário-mínimo mensal é de aproximadamente 80 dólares).

Raros são os casos de aumento de quantidade de cana cortada, normalmente ela é diminuída pelo fiscal. O aumento só ocorre quando ele "está de

namoro" com uma mulher que corta cana.

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam "certas especificidades femininas" (MIELE, 1985 e 1987; LUZARDI, 1987; SILVA, 1987; GUIMARÃES & BRITO, 1987).

Na cana, a tarefa de plantio sempre foi considerada feminina, pois na pequena produção agrícola a mulher já desempenhava essa atividade.

A atividade de levar os toletes de cana para os sulcos, no plantio, cobrir a terra e fazer a primeira adubação são tarefas também desempenhadas predominantemente pelas mulheres, das quais os menores também participam, como uma verdadeira relação histórica. Nesse caso, o pagamento é feito por mês e em geral, corresponde ao salário-mínimo vigente na época; raramente o trabalho é pago por produção. Em geral, os homens também recebem por produção, e no caso da remuneração ser diária, todos os trabalhadores ficam submetidos ao controle e aos "gritos" do fiscal para acelerar o trabalho.

Além de transportar os toletes de cana até os sulcos (às vezes são utilizadas sementes de canas inteiras e a função é picá-las no sulco), também devem cobri-las e adubá-las. A adubação hoje é feita em grande escala por máquinas dirigidas por homens; não se tem notícia de mulheres tratoristas na agricultura comercial da cana.

O corte da cana para moagem é invariavelmente pago por produção, e nessa atividade estão envolvidos homens e mulheres. Com o aumento da mecanização, o trabalho de corte braçal é feito sobretudo nos locais onde a cana está tombada e não serve para o corte com a colhedeira ou nos locais de difícil acesso para a máquina (relevo um pouco mais movimentado). Assim é que a mulher participa de todas as atividades na palha da cana.

Nas pesquisas realizadas em 1977 e em 1986, não foram encontradas mulheres que exerciam a função de empreiteiras, gatos ou turmeiras, mas apenas de donas de pensão. Na literatura percorrida sobre o tema, foram encontradas apenas duas referências de mulher turmeira.

No caso específico da dupla jornada de

trabalho, verifica-se que a mulher, após um longo dia de trabalho na cana, continua sem descanso, tendo que "enfrentar a casa", isto é, as chamadas "atividades não-produtivas": produção de valores de uso e prestação de serviços na unidade doméstica.

O trabalho realizado em casa por mulheres, parentes ou agregadas permite ao patrão o pagamento às pessoas envolvidas na força de trabalho de um salário inferior àquele que deveriam receber, se no caso tivesse que pagar por esse trabalho doméstico realizado e não pago (BRUSCHINI & ROSEMBERG, 1982).

O trabalho doméstico é a importante parcela da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade na qual a base é a produção de mercadorias, ele não é considerado um trabalho na verdadeira acepção da palavra, pois está fora da esfera da remuneração.

BLAY (1978) esclarece muito bem esse aspecto quando escreve que "o trabalho doméstico aparece como uma atividade desprovida de valor, não se vincula diretamente à produção e não é remunerado mediante salário. Deixa de ser considerado um trabalho, pois, falsamente, só as atividades remuneradas é que são tidas como trabalho(...). Sua relação com a remuneração se faz através do elemento assalariado da família, geralmente o homem (...). Mas ao manipular o salário e transformá-lo em alimento, habitação, limpeza, enfim, ao empregar um serviço que transforme a moeda em formas necessárias à subsistência, a mulher aplica ao salário um trabalho que vem se somar ao valor real do mesmo(...). Além disso, é justamente devido à utilização desse trabalho doméstico não-remunerado que o trabalhador assalariado pode ser remunerado aquém de suas necessidades" (BLAY, 1978).

Com a entrada da mulher na força de trabalho, agora migrando de casa para o trabalho fora do lar, a atividade doméstica passou a ser considerada secundária, realizada nas horas extremas (muito cedo ou à noite) ou no final do sábado e no domingo, pois é indispensável para a reprodução da família.

O tempo de repouso para a mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem ele permanece o mesmo, pois, após uma longa jornada de trabalho, o homem chega em casa e aguarda o jantar. Nos fins de semana, ele vai se encontrar com os amigos, bater uma bola, bater um papo e ficar no bar conversando e bebendo; enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupa, cozinha, costura, remenda, prega

botão, cuida das crianças, etc.

Em boa parte, esse trabalho é desempenhado por ela, raramente tem a colaboração da sogra, da mãe, da irmã, da cunhada, etc. Quando as filhas começam a crescer já recebem alguns encargos. Inicialmente, cuidar dos irmãos menores e arrumar a cozinha; dividem aos poucos os "encargos" da mãe até irem para a roça ou outro trabalho na cidade ou migrarem; essa saída é feita para o trabalho em outra cidade ou através do casamento.

Os meninos acompanham o pai, fazem pequenos serviços de compras, trazem lenha para casa e aguardam que a mãe ou irmã lhes tragam a comida, lhes dêem roupa para se trocarem, etc. Cedo vão para o trabalho.

LITERATURA CITADA

ANTUNIASSI, Maria Helena R. **O trabalho familiar da agricultura paulista**. Botucatu, UNESP/FCA, 1983. (Dissertação de Livre-Docência).

_____. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BARROSO, Carmem. **Mulher, sociedade e estado no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BLAY, Eva A. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo, Ática, 1978.

_____, Silvio C. As políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional do Alcool e suas influências na área açucareira-alcooleira de Catanduva. **Geografia Teorética**, Rio Claro, **10** (20): 99-123, out. 1985.

BRANT, Vinícios C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na alta sorocabana de Assis. **Estudos CEBRAP**, SP, (19): 37-91, jan./mar. 1977.

BRUSCHINI, M.A. & ROSEMBERG, F. **Trabalhadores do Brasil**. São Paulo, Carlos Chagas, 1982.

CANO, Wilson. Transformação da economia e repercussões no mercado de trabalho: roteiro para uma

investigação histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5. **Anais...** Águas de São Pedro, 1986. v.2. p.877-888.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo, Perspectiva, 1973. (Debates em Ciências Sociais).

FERREIRA, Enéas R. & BRAY, Silvio C. As influências do Próalcool e do Pró-Oeste nas transformações das áreas canavieiras do estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, 9(17-18): 101-113, out. 1984.

FLEURY, Maria T. L. & FISCHER, R. M. coord. **Processo e relação do trabalho no Brasil.** São Paulo, Atlas, 1985.

GONZALES, Elbio N. & Bastos, Maria Inês. **O trabalho volante na agricultura brasileira: capital e trabalho no campo.** São Paulo, Hucitec, 1977. p.25-47.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Progresso, técnica e relações do trabalho na agricultura.** São Paulo, Hucitec, 1981.

GUIMARÃES, I. B. A participação da família no mercado de trabalho: notas a partir dos censos demográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 7. **Anais...** Águas de São Pedro, v.2. p.119-145.

_____, L. S. P. & BRITO, S. Rodrigues. De camponesa à bóia-fria. In: SEMINÁRIO MULHER RURAL: identidades na pesquisa e na luta política. Friburgo, IPPUR/URRJ, 1987. (mimeo).

IANNI, Octávio. **A classe operária vai ao campo.** São Paulo, CEBRAP, 1976. 64p. (Cadernos CEBRAP, 24).

JELIN, Elizabeth. La mujer y el mercado de trabajo urbano. **Estudios CEDES**, 1(6) 1978.

KAGEYAMA, Angela A. & GRAZIANO DA SILVA, J. F. A propósito da expansão da agricultura paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, SP, (56): 29-59, mar. 1979.

LUZARDI, A. E. O projeto de vida da mulher camponesa. In: SEMINÁRIO MULHER RURAL: identidade na pesquisa e na luta política. Friburgo, IPPUR/URRJ, 1987. (mimeo).

MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo, Caetés, 1987.

MIELI, Neide. **A mulher na palha da cana, São Paulo.** João Pessoa, UFPB, 1985. (Dissertação de mestrado).

_____. De pesquisa à grande produção: o trabalho da mulher canvieira. In: SEMINÁRIO MULHER RURAL: identidade na pesquisa e na luta política. Friburgo, IPPUR/UFRJ, 1987. (mimeo).

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma religião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PAULINO, Maria I. S. **O trabalho da mulher no meio rural.** Piracicaba, ESALQ, 1976. 145p. (- Dissertação de mestrado).

ROSSINI, Rosa Ester. **Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo.** São Paulo, USP/FFLCH, 1975. (Tese de doutoramento).

_____. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canvieira paulista.** São Paulo, USP/FFLCH, s.d. (Tese de Livre-Docência). (mimeo).

_____. **O volante como força de trabalho e o emprego da tecnologia na agricultura: o exemplo paulista 75.** Sessões dirigidas. Fortaleza, AGB, 1978. p.75-87.

SANTOS, Luiz A. de C. Trabalho rural e família no Brasil: uma revisão crítica. **Novos Estudos CEBRAP**, SP, 1(3): 54-62, jul. 1982.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.** São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria A. de M. Trabalhadores e trabalhadoras rurais no estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO MULHER RURAL: Identidade na pesquisa e na luta

política. Friburgo, IPPUR/UFRJ, 1987. (mimeo).

SINGER, Paul I. Emprego, produção e reprodução da força de trabalho. In: _____. **Economia política no trabalho**. São Paulo, Hucitec, 1977.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986.

TARGINO, I. et alii. Processo de trabalho agrícola e mortalidade infantil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 7. **Anais...** 1990. v.3. p.149-175.

